



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 42055 - MG (2021/0219899-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECLAMANTE : ANGELA MARIA SCHIAVO CRUZ
RECLAMANTE : BRUNO SCHIAVO CRUZ
RECLAMANTE : CLAUDIO SCHIAVO CRUZ
RECLAMANTE : FERNANDA SCHIAVO CRUZ
RECLAMANTE : GUILHERME SCHIAVO CRUZ
ADVOGADOS : VINÍCIUS JOSÉ MARQUES GONTIJO - MG064295
ALEXANDRE MIRANDA ZOCRATO - MG065743
FERNANDA KELLY FONSECA SILVA - MG147082
RECLAMADO : JUIZ DA 1A VARA EMPRESARIAL DE BELO HORIZONTE -
MG
INTERES. : EMPRESA DE TRANSPORTES MARTINS LTDA
INTERES. : HYGINA MARTINS PEREIRA CRUZ
INTERES. : JACKSON MARTINS CRUZ
INTERES. : ULISSES MARTINS CRUZ
INTERES. : JAIR MARTINS CRUZ
INTERES. : JACIARA MARIA MARTINS CRUZ
INTERES. : JOSE ANTONIO MARTINS CRUZ
INTERES. : JAIRO MARTINS CRUZ
INTERES. : CARLOS MARTINS CRUZ
ADVOGADOS : PAULO TEODORO DO NASCIMENTO - MG053758
MÁRCIO AMÉRICO DE OLIVEIRA MATA - MG065377
JEFERSON COSTA DE OLIVEIRA - MG075899
REINALDO LAGE RODRIGUES DE ARAÚJO - MG106499

DECISÃO

Cuida-se de reclamação com pedido de liminar ajuizada por ANGELA MARIA SCHIAVO CRUZ, BRUNO SCHIAVO CRUZ, CLAUDIO SCHIAVO CRUZ, FERNANDA SCHIAVO CRUZ, GUILHERME SCHIAVO CRUZ contra decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte que indeferiu o levantamento dos valores depositados a título de parcela incontroversa.

Os reclamantes alegam que tramita perante o MM. Juízo da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte ação de consignação em pagamento n. 3397784-50.2014.8.13.0024 contra os recorrentes ao fundamento de que teriam exercido o direito de retirada da sociedade, nos termos do art. 1.029 do Código Civil. (fl. 13).

Contra essa decisão, foram interpostos agravo de instrumento, que manteve a decisão de primeiro grau e recurso especial, autuado sob o n. 1.825.129/MG, distribuído à Exma. Min. Maria Isabel Gallotti e que atualmente encontra-se pendente de análise.

Por entender que nos autos do Recurso Especial interposto não foi determinado efeito suspensivo, a decisão do juízo de primeiro grau seria infundada.

Requer: "Que seja deferido e determinado, liminarmente, a expedição de alvará da parcela incontroversa depositada em juízo na conta judicial n. 2000118053639, referente aos autos da ação de consignação em pagamento n. 3397784-50.2014.8.1.13.0024, uma vez que não há efeito suspensivo ao recurso especial interposto REsp nº 1825129/MG". (fl. 19).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A reclamação prevista no art. 105, I, f, da Constituição Federal é garantia constitucional destinada à preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça ou para garantir a autoridade de suas decisões em caso de descumprimento ou de cumprimento em desacordo com os limites do julgado aqui proferido.

Contudo, o pleito não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento de reclamação, uma vez que inexistente decisão desta Corte proferida no caso concreto e sendo descumprida.

Assim, inexistindo acórdão do Superior Tribunal de Justiça no caso concreto envolvendo as mesmas partes ora em litígio, não há falar em admissibilidade da reclamação em análise por ausência de pressuposto formal da ação.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a reclamação.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente